

Análise do discurso

Fabiane Teixeira de Jesus
Guilherme Adorno

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Betânia Faria e Pessoa
Fernanda Moraes D'Oliveira

Editorial

Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J58a Jesus, Fabiane Teixeira de
Análise do discurso / Fabiane Teixeira de Jesus,
Guilherme Adorno. – Londrina : Editora e Distribuidora
Educacional S.A., 2017.
176 p.

ISBN 978-85-8482-801-2

1. Análise do discurso. I. Adorno, Guilherme. II.
Título.

CDD 401.41

2017
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 A não transparência do discurso _____	7
Seção 1.1 - Conceito de discurso _____	9
Seção 1.2 - Condições de produção: constituição e instituições _____	19
Seção 1.3 - Condições de produção: formações imaginárias _____	31
Unidade 2 A interpretação entre não-ditos _____	43
Seção 2.1 - Silêncio _____	45
Seção 2.2 - Pré-construídos do discurso _____	57
Seção 2.3 - Interpretação _____	69
Unidade 3 Sujeito, autoria e as materialidades significantes _____	83
Seção 3.1 - Texto, formação discursiva e posição-sujeito _____	85
Seção 3.2 - Autoria: diferentes lugares e o efeito de um sujeito _____	97
Seção 3.3 - Autoria: diferentes materialidades e o efeito de um texto _____	109
Unidade 4 Processos de identificação em contradição _____	123
Seção 4.1 - Leitura, identificação e ideologia _____	125
Seção 4.2 - Memória e interdiscurso _____	141
Seção 4.3 - Contradições no social _____	157

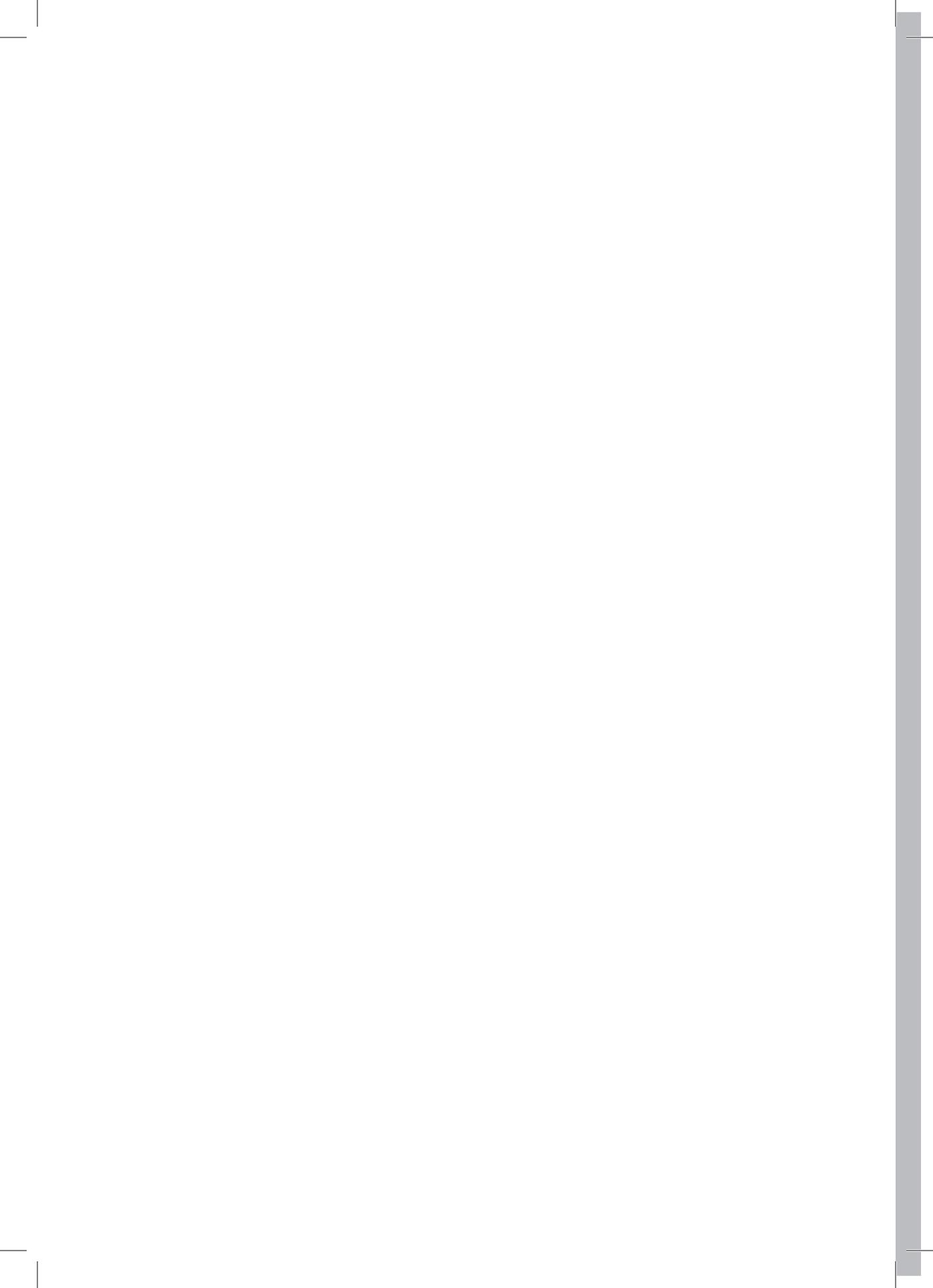
Palavras do autor

A *Análise do discurso* é uma disciplina que estuda o funcionamento da linguagem e sua relação com o sujeito social, problematizando as evidências e verdades de outras ciências. Sendo ao mesmo tempo uma teoria e um método analítico, a Análise do Discurso fornece princípios e procedimentos para trabalhar a linguagem de maneira mais crítica com as diferentes formas textuais, com a interlocução entre sujeitos e seus desdobramentos nas relações sociais e na história.

Conhecendo os princípios e procedimentos da Análise do Discurso, ao final desse curso, você deverá ser capaz de compreender a complexidade do funcionamento social das práticas simbólicas e aprender formas de analisar a reprodução e a transformação de alguns sentidos no contexto profissional do Jornalismo, em particular, e da Comunicação Social, de modo mais amplo.

A composição do livro fornecerá elementos que vão lhe permitir uma prática profissional mais atenta ao vínculo das sutilezas da linguagem com as dinâmicas sociais. Na primeira unidade, você vai explorar a relação do discurso com os traços aparentemente exteriores a ele, questionando seus efeitos de transparência. Já na segunda unidade, serão apresentadas as ligações entre o dito, o não-dito, o silêncio e os pré-construídos no discurso com as possibilidades de interpretação para o sujeito. No estudo da terceira unidade, será possível diferenciar as nuances entre o texto, suas diferentes materialidades e a autoria, o que lhe proporcionará capacidade para discernir como as práticas comunicacionais contemporâneas afetam o modo de significar o mundo. Finalmente, quando chegar na última unidade, você terá a oportunidade de captar algumas complexidades e contradições dos processos de identificação dos sujeitos no social.

Denise Maldidier, linguista francesa, caracterizou uma vez a história da Análise do Discurso como uma “aventura teórica”. Que tal também iniciarmos nossa própria aventura nesta disciplina que oferece tantas possibilidades de compreender o funcionamento da relação entre a linguagem e a sociedade?



A não transparência do discurso

Convite ao estudo

Nesta unidade, vamos começar nossa “aventura teórica” nos meandros da Análise do Discurso questionando a própria transparência do discurso, porque, como veremos, a transparência, ou a produção da evidência, é apenas um efeito para os sujeitos. Para compreender o funcionamento social da linguagem é preciso não se deixar levar pela superfície cristalina. Nesse sentido, para depreender a riqueza e a complexidade do que está opaco, turvo ou não transparente nos sentidos, é necessário ficar atento às marcas linguísticas apresentadas no discurso.

Para realizar essa tarefa, você deverá ser capaz de conhecer a articulação das convenções históricas, subjetivas e languageiras. Uma articulação que, como veremos, não é uma somatória de elementos, mas um atravessamento contraditório e dinâmico. Com o intuito de ajudar você nesse caminho, preparamos esta unidade com os princípios teóricos que vão tirar você tanto do senso comum quanto dos efeitos do discurso.

Apesar do trabalho com conceitos abstratos, observaremos de que modo a teoria pode nos ajudar a compreender situações próprias do cotidiano do jornalista. Você vai seguir uma das etapas de produção da **Revista Polêmica**, uma revista semanal de grande circulação no Brasil. Nesta unidade, vamos explorar umas das primeiras etapas da produção da revista: a escolha e a montagem das pautas da nova edição. Durante toda a unidade, vamos analisar de que modo as decisões são tomadas pela equipe jornalística em relação às temáticas que serão abordadas ou não na próxima publicação da **Polêmica**, além de você poder analisar o que está em jogo nos desentendimentos e acordos entre editor-chefe, os outros editores especializados, os pauteiros e os

repórteres quando estão na reunião de pauta e, posteriormente, na elaboração dos direcionamentos futuros.

O que é informar, opinar e comunicar? Por que entre os profissionais da comunicação existem tantos ruídos? Qual a relação entre poder e informação? De que modo uma instituição pode ser considerada autoridade em um assunto? Como a escrita jornalística é afetada pelos imaginários sociais? Essas são algumas das perguntas que serão abordadas nesta unidade.

Ao longo das seções, vamos definir o conceito de discurso e entender a sua relação com as condições de produção, a constituição histórica, a formação das instituições e as formações imaginárias, isto é, a relação do discurso com tudo aquilo que aparentemente é exterior a ele. Complexo? Então é chegada a hora de trilhar o percurso que apresentará uma nova forma de compreender esse mundo que é a linguagem.

Seção 1.1

Conceito de discurso

Diálogo aberto

Quando se é um profissional da área de Comunicação Social, especialmente jornalista, existe a exigência do domínio das distintas formas de linguagem em diferentes contextos, mídias e públicos. Porém, para além dessa idealização da profissão, as práticas linguageiras podem provocar desentendimento antes mesmo da relação com os leitores, ouvintes, espectadores ou internautas, ou seja, quando os jornalistas conversam entre si.

Já dissemos anteriormente que, durante toda a unidade, vamos seguir a etapa de escolha e montagem das pautas pelos diferentes profissionais de uma revista de circulação nacional. Particularmente, neste primeiro momento, estamos no início da reunião de pauta na Redação da **Revista Polêmica**, em que será decidido quais pautas vão compor a edição semanal. Editores, pauteiros e repórteres estão com dificuldades de chegar a um consenso sobre quais são os temas mais relevantes para a revista. Os jornalistas envolvidos não conseguem entender as motivações que levam a tal desentendimento. Amanda é uma jornalista recém-formada e nova contratada da empresa. Ela escuta atentamente a conversa dos colegas e busca entender as dificuldades envolvidas nas discussões da reunião.

Nesta seção, você deve analisar, juntamente com Amanda, os aspectos de linguagem que levam aos desentendimentos entre esses profissionais na perspectiva da Análise de Discurso. Vamos auxiliar você a compreender a diferença entre comunicação, interação e intenção quando estamos falando do conceito de discurso, lembrando que sempre questionaremos os efeitos de transparência dos sentidos. Além disso, explicaremos, afinal, o que é efeito de sentido, a noção de locutores do discurso e a relação entre comunicar e não comunicar nesse aparato teórico.

Uma terminologia muito nova? Que tal olhar de que modo essas novas palavras podem ajudar você a ser menos ingênuo em relação ao funcionamento social da linguagem?

Não pode faltar

Você pôde acompanhar, na introdução desta seção, a narrativa de um problema que constantemente boa parte dos profissionais do jornalismo precisam lidar nas Redações pequenas ou grandes por todo o Brasil: os desencontros da comunicação interpessoal. Aliás, uma situação que não se limita apenas ao nosso país. Por que será que há desencontros de diversos tipos e não há uma comunicação perfeita entre esses que são justamente os especialistas na arte de informar e bem dizer as palavras? Não estão, afinal, trabalhando com o mesmo objetivo?

Bom, você já deve ter aprendido em outras disciplinas do curso de Jornalismo que algumas teorias mais contemporâneas já desconstruíram o mito da objetividade do texto informativo, porém, ainda faz parte da ética profissional, em alguns veículos de comunicação, buscar a informação objetiva ou a mais objetiva possível. Para isso, o jornalista se vale de inúmeros recursos: o uso de diferentes fontes de informação; a retirada de opiniões do texto; ou mesmo um trabalho mais técnico com a escrita, eliminando adjetivos, por exemplo.

Em última instância, o trabalho de um comunicador é um trabalho de linguagem. Certamente não a linguagem no seu sentido gramatical ou estilístico, apesar desses aspectos também estarem presentes na rotina do jornalista, mas a linguagem enquanto forma de o homem significar o mundo, interpretá-lo, compreendê-lo e se significar justamente como homem simbólico, sujeito de linguagem, isso que o torna singular entre os seres vivos. Outros animais, como as abelhas, possuem formas restritas de comunicação e linguagem, porém o ser humano é o único que pode inventar, historiar, fantasiar, mentir, criar, poetizar, metaforizar, deslocar, tornar lúdico, dramatizar, atuar, até enganar a si mesmo. Enfim, formas de interpretação e simbolização complexas que não se ligam ao real imediato, visto que a linguagem não é puro instrumento de comunicação ou transmissão de informações.



Refleta

Como as diferentes teorias da comunicação definem o conceito de “comunicação”? Quais delas levam em consideração o funcionamento específico da linguagem, do discurso? As práticas jornalísticas que você tem aprendido no curso possuem que reflexões sobre a linguagem? São instrumentais, técnicas, estilísticas ou críticas?

A Análise do Discurso (AD) tem se dedicado a investigar as particularidades do sujeito de linguagem e seus modos de significar o mundo. A disciplina que iremos trabalhar neste curso foi fundada na França, no final da década de 1960, pelo filósofo Michel Pêcheux.

Existem, atualmente, muitas correntes da AD advindas de diferentes países e tradições intelectuais. Cada corrente, apesar de regularmente tentar entender a relação entre o social e a linguagem, define diferentemente o discurso e, por consequência, possui maneiras muito variadas de explicar os fatos simbólicos.

A Análise de Discurso iniciada por Pêcheux, que ganhou novos contornos e frutíferos desenvolvimentos no Brasil a partir dos trabalhos da linguista Eni Orlandi e uma gama de outros pesquisadores, guarda a especificidade de ser uma disciplina de entremeio, isto é, a AD continua produzindo questões e problematizações mediante a relação com outras disciplinas, como a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. É a especificidade dessa AD que iremos focar no curso.



Pesquise mais

Caso você se interesse mais sobre a história da Análise do Discurso, uma importante analista francesa conseguiu escrever de modo muito breve, em um livro de bolso, uma narrativa sobre o início e o desenvolvimento dessa disciplina na França.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

Hoje, principalmente no Brasil, essas relações interdisciplinares têm expandido para outras áreas, como as Ciências da Comunicação, a Antropologia, os Estudos da Cultura, os Feminismos e os Estudos Pós-Coloniais, sem perder seu núcleo fundador que é o funcionamento discursivo das relações sociais a partir de uma perspectiva materialista. Não se trata de complementar ou somar áreas, porque isso seria sucumbir ao idealismo, ao abstrato, sem levar as condições reais de existência da linguagem e dos sujeitos.

Você sabe o que é uma disciplina de entremeio? Nesse caso, uma disciplina de entremeio significa perseguir questões em uma relação dialética entre teoria e análise concreta da materialidade do discurso, seus efeitos no mundo e não uma pura racionalização ou uma garantia teórica prévia à análise. A teoria é uma ancoragem, mas não o ponto imutável, rígido. Segundo Eni Orlandi (2009), entremeio significa uma relação não hierarquizada, não instrumentalizada e não com simples “aplicações práticas” de conceitos. Cada situação deve ser pensada em sua especificidade, valendo-se da teoria como uma forma de relacionar isso que analiso “aqui e agora” com o já analisado e compreendido em outras condições.



Vocabulário

O termo **materialismo** designa uma corrente de pensamento, tendo Aristóteles, Epicuro e Espinosa como nomes importantes na história da filosofia materialista. Geralmente, o *materialismo* está em contradição com a corrente do *idealismo*, em que Platão, Kant e Hegel são alguns de seus representantes. Um dos pressupostos mais importantes do *materialismo* é a afirmação de que a matéria precede o pensamento, ou seja, de que existe um mundo material independente do homem pensar sobre ele. No entanto, isto não significa que o materialismo também não reflita sobre o pensamento, mas também não vai tomá-lo como independente de sua relação material com o mundo exterior. No caso da Análise de Discurso, por exemplo, o pensamento é constituído em linguagem e as palavras, as articulações entre elas, já existem antes do nascimento de um sujeito específico que vai pronunciá-las.

O objeto teórico da AD, o discurso, pressupõe que o aparentemente evidente para o sujeito não é jamais evidente para toda e qualquer posição histórica ocupada por ele. O sentido é sempre histórico e sempre depende da posição discursiva. Você vai observar, pouco a pouco, no decorrer do curso, o modo como as evidências para certas posições são realizadas. A AD questiona as transparências do sentido por uma leitura crítica sobre as concepções tradicionais de língua, de sujeito e de história. Nessa direção, estudar o discurso não é estudar QUAL o sentido de um texto ou de uma situação, mas COMO tal sentido é possível em condições específicas, isto é, estudar os mecanismos produtores de certas evidências para a posição discursiva ocupada pelo sujeito. Assim, em Análise de Discurso, o(s) sentido(s) são sempre efeitos entre sujeitos.



Exemplificando

Desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, nas famosas “aulas de Português”, somos ensinados a interpretar os textos de um modo muito particular. Certamente você se lembra de algumas perguntas clássicas dos livros didáticos, como: O que esse texto quer dizer? O que o autor quis dizer? Essas são perguntas pouco produtivas para a Análise de Discurso. Além de ter uma concepção de sentido que se centra na intenção do autor, o que ele QUIS dizer, é uma perspectiva que aponta para dentro do texto, para o conteúdo estrito, e não para as possíveis relações que tornam possível que um texto funcione de um modo e não de outro. O

interesse por QUAL sentido ou COMO o sentido funciona é uma maneira de você distinguir a Análise de Conteúdo da Análise de Discurso.



Pesquise mais

O Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) produziu uma Enciclopédia virtual da Análise do Discurso, em que você encontrará um vídeo com a fala do professor José Simão da Silva Sobrinho sobre o conceito de discurso.

SOBRINHO, José Simão da Silva. Discurso. In: LAS. **Enciclopédia virtual da análise do discurso**. Disponível em: <<http://ufftube.uff.br/video/3D4WBG63WMS5/Discurso--Jos%C3%A9-Sim%C3%A3o-da-Silva-Sobrinho>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

No texto considerado fundador da Análise do Discurso, o livro “Analyse Automatique du Discours”, publicado originalmente em 1969, traduzido no Brasil como o capítulo “Análise Automática do Discurso (AAD-69)” do livro “Por uma Análise Automática”, Michel Pêcheux chega a se contrapor ao esquema clássico da comunicação proposto pela Teoria da Informação, recusando as categorias instrumentais de “mensagem”, “destinador”, “destinatário”, “código”, “transmissão”, “referente” e “ruído”. Para esse autor, o termo discurso “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2010, p. 81).

Na vulgata brasileira, a partir desse fundamento de Pêcheux, o discurso passou a ser definido como efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2009). Ao frisar o discurso como um efeito, por consequência, temos os sentidos e os próprios locutores como efeitos. Como você pode perceber, é um deslocamento em relação a uma essência do texto ou do sujeito. Há efeitos que se dão nesse intervalo entre sujeitos na história e não algo já estabilizado; não se realiza do mesmo modo a cada situação de linguagem, porque esta é afetada pelas condições históricas de uma determinada época.



Assimile

Muitas vezes, os analistas de discurso tendem a focar nos “sentidos” e nos “locutores” quando retomam a definição clássica do seu objeto de estudo: *efeito de sentidos entre locutores*. Entretanto, também “efeito” e “entre” são muito importantes para se deslocar o foco do conteúdo. “Efeito” e “entre” marcam o intervalo da relação entre dois ou mais locutores. Um discurso se dá nesse intervalo, ou seja, o discurso não

tem sua origem em nenhum dos locutores. Por esse motivo, a intenção não é entendida como originária do sentido. Só há sentido porque existe aquele que diz e existe aquele que escuta. E mais: dificilmente esses dois locutores ocuparão a mesma posição para todo e qualquer discurso. Nesse intervalo, há confronto, há disputa pelos sentidos.

A própria comunicação é compreendida, portanto, como um efeito do discurso. Uma comunicação será considerada “perfeita” quando os interlocutores ocuparem posições semelhantes quanto ao sentido produzido pelo discurso. A AD compreende que, em meio à situação comunicacional, há também muita não comunicação, porém, não concebida como um erro, um ruído ou um distúrbio, mas como constitutiva de toda e qualquer situação de linguagem. Por isso, a mensagem, tal como definida pela Teoria da Informação, não pode ser confundida com o conceito de discurso. O discurso, diferente da mensagem, não existe na sua forma acabada antes dos interlocutores, não é um texto em sua forma empírica, mas é o efeito entre sujeitos em circunstâncias específicas no momento em que é elaborado/lido/visto/escutado.

Por mais que existam boas intenções, boas competências comunicativas e boas interações, nunca se pode garantir o efeito de um discurso. As relações entre sujeitos, discursos e condições de produção são sempre complexas, produzindo derivas inesperadas. Certamente não estamos falando aqui que o discurso pode ser qualquer coisa, muito menos que ele possa produzir sentidos independentes de sujeitos e situações, ou que possa ser efêmero. Existem determinações da história e da linguagem que limitam os efeitos, porém não há controle completo, fechado hermeticamente. Como explica Eni Orlandi (2009), os sentidos podem ser muitos, mas não podem ser qualquer um. O discurso não é transparente também porque sujeitos não são transparentes nem mesmo para si próprios. Você consegue explicar os motivos que fazem você gostar de sorvete de creme ou de pistache? Você consegue decidir o momento de não gostar mais de algo?



Assimile

Em Análise de Discurso, é comum dizer que sentido e sujeito constituem-se mutuamente. Portanto, o sujeito, assim como o sentido, possui sua opacidade. Pela filiação com a Psicanálise, reconhecemos o sujeito do inconsciente, isto é, um sujeito dividido entre o *que tenta controlar e tudo aquilo que lhe escapa*. Os sonhos e os atos falhos são exemplos de manifestações do inconsciente. Porém, além desses momentos particulares, o inconsciente constitui até mesmo o consciente, a mente, o pensamento. Para a Psicanálise, trata-se de um confronto sem fim para o sujeito que busca frear as falhas e os desejos, mas é constantemente

podado pelo inconsciente. Ao contrário do que diria o senso comum, essa falta de controle é uma abertura para novas possibilidades. Veremos até o final do curso como isso significa justamente a produtividade da linguagem na história.

Todo o antecedente de um discurso e o que leva um sujeito a ocupar uma determinada posição discursiva, ou seja, produzir um sentido e não outro, todo esse processo que desencadeia certos processos específicos é apagado para o sujeito. Um discurso sempre remete a um discurso anterior, sempre se apoia em sentidos já existentes para que possa produzir sentidos outros. A AD não busca a origem do sentido, porque sempre trabalha com o efeito em condições específicas. Ela apenas considera que um sentido sempre está em relação a outros, apesar de não ser imediatamente visível para o sujeito.



Exemplificando

Quando você diz “Preciso de uma fonte nova”, você “supõe” que seu interlocutor saiba que fonte é um sinônimo para *um fornecedor de informação*. E “supor” não significa um caso pensado, calculado, mas sim naturalizado. É natural do seu cotidiano, enquanto jornalista, dizer *fonte* e significar *fornecedor de informação*, seja um documento ou uma pessoa. Se você disser “Preciso de uma fonte nova” para uma criança de oito anos de idade, é provável que ela imagine que você precisa de uma *fonte* de água. Imagine ainda essa mesma frase dita para um diagramador ou um tipógrafo. É plausível que ele pergunte se deseja uma fonte com serifa ou sem serifa. Para produzir sentido para fonte, portanto, é preciso relacionar com outros sentidos e com a situação específica em que é dita, sem que se torne um cálculo intencional do sujeito.

Com esses primeiros passos dessa “aventura teórica”, você já consegue compreender a naturalização dos sentidos como um efeito do discurso. Em breve, vamos avançar um pouco mais sobre como a AD permite desnaturalizar esse efeito, desmontando o discurso e investigando o funcionamento da linguagem, relacionando-o com os processos mais amplos, exteriores e anteriores às situações imediatas do “aqui e agora”.

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de repensar a situação apresentada no início da seção. Você deve estar se perguntando de que forma o que vimos até aqui poderia ajudar

Amanda, a jornalista recém-contratada pela **Revista Polêmica**, a compreender os desentendimentos entre os profissionais na reunião de pauta que decidirá o escopo editorial do próximo número da revista.

Bom, se a Amanda também teve aulas de Análise de Discurso no período da graduação, ela já sabe que o desentendimento é esperado em boa parte das situações de linguagem. Mesmo os profissionais da comunicação, conceituados socialmente como mestres do bem dizer, não podem controlar todos os sentidos do discurso, porque cada um dos seus interlocutores produz relações com múltiplos outros discursos não alcançados por todas as posições discursivas. Em todo discurso há concomitantemente comunicação e não comunicação.

Mais além, a Amanda, com base na teoria da AD, sabe que um dos princípios básicos da disciplina é a concepção de discurso e de sentido como efeitos nesse espaço entre os sujeitos. Ainda que todos os jornalistas presentes possam conhecer muito bem a linha editorial da revista, cada interlocutor possui uma rede de relações anteriores com interpretações sobre o que é relevante em termos de informação. Ainda que possa existir uma boa interação em termos de trocas comunicacionais, as posições distintas podem levar a conclusões muito díspares sobre um mesmo ponto.

Em vista dessas considerações, o desentendimento entre os jornalistas não é um caso de erro comunicacional que possa ser corrigido ou eliminado. O que a Amanda pode fazer é buscar compreender como alguns assuntos específicos levam a produzir desentendimentos e, assim, explicitar os processos que estão dados por evidentes, podendo fornecer elementos para avançar na discussão, tornar o desentendimento como algo produtivo e talvez transformá-lo em assunto de pauta para a revista.

Assim como no exemplo sobre os sentidos de “fonte” na frase “Preciso de uma fonte nova”, podemos nos perguntar quais condições levam uma posição a falar em “invasão” e outra em “ocupação” em uma situação de greve de trabalhadores rurais, como nos seguintes enunciados: “os trabalhadores ocuparam a fazenda” e “os trabalhadores invadiram a fazenda”. A partir de uma posição crítica sobre a linguagem, apreender essa diferença é justamente investigar o social. Na próxima seção, com os estudos de novos elementos da AD, podemos compreender um pouco mais sobre como funciona discursivamente uma reunião de pauta de um veículo de comunicação como a **Polêmica**.

Avançando na prática

Comparação de revistas

Descrição da situação-problema

Na **Revista Polêmica**, há uma equipe de estagiários que tem a incumbência de

fazer a avaliação dos números antigos e compará-los com as revistas de veículos de comunicação concorrentes para detectar as diferentes opiniões dessas revistas sobre o assunto “greve dos trabalhadores rurais” e, posteriormente, criar um arquivo para uma reportagem especial que será produzida em breve. Em quais elementos das revistas você acha que os estagiários vão encontrar mais pistas para fazer esse trabalho de comparação?

Resolução da situação-problema

Ainda temos pouco fundamento teórico-prático para fazer uma análise e comparação discursiva entre revistas, mas já sabemos quais os elementos das revistas podemos observar: todos. Pode parecer brincadeira, mas não é. Como a Análise de Discurso não trabalha com uma concepção instrumental da linguagem, qualquer diferença pode ser uma pista para compreender uma opinião, ou como conceituamos na AD, uma posição discursiva (lembrando que não se trata de equivaler uma opinião consciente e uma posição que é um efeito incontrollável para o sujeito).

Porém, olhar para todos os elementos pode ser um trabalho árduo e não vai ajudar muito os estagiários. Muitos jornalistas experientes iriam procurar o uso diferenciado de palavras, os adjetivos que porventura escaparam, os títulos, as fotos e as legendas. Uma forma pouco comum de analisar a diferença entre os veículos de comunicação é olhar para o lide [lead] das notícias. O lide é considerado a parte mais objetiva do texto, em que dificilmente um jornalista experiente deixaria escapar uma opinião. Geralmente esse primeiro parágrafo em destaque tenta responder a seis perguntas sobre o acontecimento principal de uma notícia: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. Trata-se apenas de informações básicas, não? Pois é justamente analisando o lide que é possível compreender como a informação não é objetiva, mas um efeito do discurso. Certamente existem repetições entre os jornais, contudo essa repetição falha com regularidade. Para além dessa situação-problema, que tal você escolher um acontecimento jornalístico e olhar apenas para o lide dos textos de diferentes jornais brasileiros?

Faça valer a pena

1. Resultante de sua relação de entremeio com a Psicanálise, a Análise de Discurso considera as determinações inconscientes na produção dos efeitos de sentidos, descartando uma concepção que entende o sentido como consequência da ação consciente ou intencional do sujeito.

Em relação ao sujeito do inconsciente, qual dos enunciados abaixo é falso?

a) Os sonhos e os atos falhos são as únicas manifestações do inconsciente.

- b) O pensamento também é determinado pelo inconsciente.
- c) O sujeito é dividido entre aquilo que busca controlar e aquilo que falha no seu controle.
- d) A falta de controle do inconsciente pode ser considerada como a abertura de novas possibilidades.
- e) O sujeito intencional pode tentar bloquear os desejos inconscientes.

2. Para o filósofo francês Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso, o termo discurso “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2010, p. 81).

Como podemos parafrasear essa citação de Pêcheux para definir o discurso?

- a) O discurso é uma mensagem entre os pontos A e B.
- b) O discurso é efeito de sentido na intercomunicação.
- c) O discurso é efeito de sentido entre locutores.
- d) O discurso é efeito da interação entre sujeitos.
- e) O discurso produz comunicação e não comunicação.

3. A Análise de Discurso se contrapõe à Teoria da Informação no que diz respeito ao processo clássico da comunicação, pois recusa os termos instrumentais de “mensagem”, “destinador”, “destinatário”, “código”, “transmissão”, “referente” e “ruído”.

Para a Análise de Discurso, quando a comunicação funciona de modo perfeito?

- a) A não comunicação é um erro do discurso.
- b) Quando dois sujeitos possuem uma boa interação eles conseguem produzir uma comunicação perfeita.
- c) A comunicação perfeita é apenas um efeito entre locutores que ocupam a mesma posição discursiva.
- d) Bons profissionais sempre concretizam uma comunicação perfeita.
- e) Bem dizer é bem comunicar.

Seção 1.2

Condições de produção: constituição e instituições

Diálogo aberto

Na seção anterior, você teve contato com os princípios que baseiam um complexo questionamento sobre as evidências do discurso com o intuito de conduzir o olhar para além do seu conteúdo, estudando o funcionamento da linguagem em processos não reduzidos a um esquema comunicacional. Trata-se de um funcionamento que pode ser definido como efeito de sentidos entre interlocutores na história. É justamente a relação necessária com a história que vamos estudar um pouco mais nesta seção por meio do conceito de condições de produção, particularmente no que tange à constituição histórica dos sentidos e às determinações institucionais.

Você deve se lembrar que iniciamos esta unidade de estudo acompanhando uma reunião de pauta da **Revista Polêmica** e a disputa em torno dos encaminhamentos da publicação com desentendimentos e acordos entre os profissionais. Agora, Amanda, a questionadora jornalista recém-contratada, que busca observar atentamente todos os detalhes da reunião para compreender os sentidos envolvidos no trabalho da revista, se depara com uma nova problemática: como os jornalistas decidem qual tema é mais relevante para ser considerado pertinente? Com base em quais critérios? Por que os temas são pautados como informativos, interpretativos ou opinativos? O que sustenta essa divisão?

Certamente, sendo desconfiada das evidências da profissão, Amanda não quer saber apenas os critérios clássicos do Jornalismo para noticiabilidade, isto é, o valor-notícia, como a novidade, o interesse público, a atualidade ou o impacto, mas justamente como esses critérios são reapropriados pelos jornalistas na relação com os processos históricos materializados no momento em que é preciso tomar as decisões profissionais. Para compreender essas condições, vamos abordar as determinações históricas, o funcionamento institucional, os poderes e a autoridade entre interlocutores, sobretudo no tocante às práticas jornalísticas.

Não pode faltar

Um ponto fundamental para uma análise discursiva é investigar as condições de produção dos discursos, ou seja, investigar o que é aparentemente exterior ao discurso, mas o afeta na produção dos sentidos. As condições de produção podem ser trabalhadas tanto de modo mais estrito, quanto o contexto imediato e específico das circunstâncias de enunciação de um texto, além de modo mais amplo, pela constituição social, política, econômica e institucional, ou seja, pelos trajetos históricos com os quais um certo discurso se relaciona. Nesta seção, vamos nos deter sobre esse segundo aspecto das condições de produção.



Refleta

Você já parou para pensar de onde surgem os sentidos? Existe uma relação entre o que se diz hoje com o que já foi dito algum dia? Se sim, de que modo os sentidos anteriores se relacionam com os sentidos atuais? Por que em alguns momentos alguns discursos são aceitos e em outros não?

Quando estamos pesquisando as condições de produção, nos indagamos pelas determinações históricas que restringem os movimentos do discurso, apesar de jamais enclausurá-los em uma forma rígida ou totalmente definida a priori. Uma diferença importante que você deve saber é entre o 1) determinismo mecânico, quando supostamente tudo estaria previamente sentenciado, sem possibilidades de inversões ou deslocamentos, e 2) as determinações complexas como forças exercidas sobre o discurso para não o deixar escapar para qualquer direção, mas sem conter plenamente as possíveis fugas dos sentidos.

Nas condições de produção, há uma tensão entre restringir e movimentar, mas, independentemente de estabilizar ou produzir o novo, todo discurso funciona apenas pela relação com suas condições de produção. Não há discurso sem o suporte de suas condições e também de outros discursos com os quais se relaciona. Nesta seção, vamos conhecer três formas de determinações históricas: a instituição, o poder e a autoridade.



Assimile

A Análise de Discurso costuma ser criticada porque supostamente as determinações históricas não permitiriam nenhum tipo de movimento para os sujeitos. Como vimos, não se trata de uma determinação

mecânica ou uma reflexão direta nos discursos, mas uma força que tenta direcioná-los, impulsionando certos movimentos e não outros, e, a um só tempo, fornece sustentação para que o discurso signifique a partir de outros sentidos. Assim, apesar de imaginariamente os sujeitos olharem para os discursos isoladamente, não há discurso sustentado ou produzido por si mesmo. Sempre há uma ligação com suas condições de produção, sua história!

Você provavelmente já teve contato em outras disciplinas com uma dessas formas de determinação histórica ou já refletiu sobre o assunto, mas tentaremos explorar outras características e/ou aprofundá-las discursivamente. Trata-se da *Instituição*. De maneira discursiva, a analista de discurso Bethânia Mariani (1999) compreende a instituição como *o resultado de longos trajetos de sentidos já sedimentados e legitimados por uma determinação histórica, geralmente com rituais e práticas específicos que cristalizam o modo da instituição significar-se*.

Deve-se ressaltar que não estamos falando das instituições em particular (a escola X ou o jornal Y), e sim do modo como em áreas específicas existe um conjunto de práticas e rituais históricos que configuram uma instituição (jornalística, escolar, religiosa), organizando formas de ação do sujeito. A Instituição como um processo mais geral é o funcionamento regular que se pode encontrar, às vezes mais, às vezes menos, em quase todo estabelecimento institucional em particular. Sempre há a possibilidade desse ritual institucional falhar, ser menos visível ou coercitivo em um lugar institucional específico, porém a própria significação de uma “diferença” só é possível quando colocada em relação com o que se apresenta como o “mesmo”.



Exemplificando

Vamos refletir um pouco sobre o funcionamento da instituição escolar no Brasil. Você deve concordar que é possível existir uma escola mais ou menos progressista, um trabalho não tradicional, com projetos interdisciplinares ou sem salas de aula. Porém, tirando os casos singulares, você também provavelmente reconhece que é regular o funcionamento escolar que segue um currículo nacional comum (os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo), a divisão por disciplinas (português, matemática, biologia, história etc.) e a hierarquia do saber (professores ensinam e alunos aprendem), apenas para citar alguns exemplos dessa determinação histórica. Os professores podem até mesmo fazer uma proposta diferente, mas deverão justificá-las perante os responsáveis pela organização institucional. Para fazer “diferente” é preciso se justificar perante o “mesmo”. É a esse processo mais amplo que remete o conceito de Instituição.



Pesquise mais

De modo perspicaz, a pesquisadora, jornalista e analista de discurso Renata Lara mostrou como os processos institucionais podem se manifestar em um simples bilhete de um aluno para um professor. Você poderá conferir o modo como os rituais institucionais nos afetam nas práticas mais ordinárias, além de explorar alguns efeitos das hierarquias do poder-dizer em nossa sociedade no seguinte texto:

PIMENTEL, R. M. L. A inscrição de gestos de interpretação em um "texto-bilhete": significando(-se) em meio a um processo institucional(izante). In: **Rua**. Campinas: Nudecri, n. 11, mar., 2005. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640778/8315>>. Acesso em: 12 set. 2016.

No caso do Jornalismo, há diferentes materializações da instituição jornalística na prática profissional, abrangendo desde a formação até os altos cargos editoriais: manuais de redação; formato e divisão dos gêneros jornalísticos (notícia, reportagem, artigo de opinião, coluna, editorial etc.); divisão social do trabalho (pauteiro, repórter, fotógrafo, cinegrafista, colunista, editor, diagramador, analista de rede social) e, sobretudo, nos sentidos que sustentam toda prática jornalística como: compromisso com a verdade, busca da imparcialidade, objetividade textual, brevidade, noticiabilidade. São esses sentidos, inclusive, que vão sustentar as normas previstas nos manuais de redação, a divisão entre textos informativos e opinativos e quem deve escrever o quê.



Exemplificando

Veja como o Manual de Redação da Folha de São Paulo (2005) conceitua uma reportagem: "Reportagem tem por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisas sobre fatos, personagens, ideias e produtos relevantes" (PUBLIFOLHA, 2005, p. 24). Por esse pequeno trecho, é possível depreender o sentido de linguagem reiterado em diferentes empresas jornalísticas: a transmissão de informações novas, objetivas e precisas é uma forma de compreensão técnica e instrumental da linguagem sustentada pelo modo histórico de conceber o próprio jornalismo como a serviço da informação, da objetividade e da verdade.



Faça você mesmo

Procure em diferentes manuais de redação, tanto do jornalismo impresso, quanto do televisivo e do digital, o modo como reportagem é definida para fazer uma comparação entre eles. Busque quais são as repetições e quais são as diferenças. Há marcas do que temos discutido como instituição jornalística?

De modo geral, os manuais de redação materializam uma concepção instrumental da linguagem, isto é, a língua servindo como ferramenta transparente para o profissional relatar do modo *mais objetivo possível* os fatos, sem deixar os traços subjetivos, como já vimos no caso do Manual da Redação da Folha de São Paulo (2005). “Informar e opinar, desse ponto de vista dicotomizado, resultam da capacidade (ou interesse) do responsável pela notícia em manipular a linguagem” (MARIANI, 1999, p. 53). Essa divisão entre informação e opinião acaba por reforçar o mito da informatividade e da objetividade, pois existiria hipoteticamente um lugar próprio para manifestação da opinião, como se sujeito não deixasse suas marcas mesmo quando busca somente informar.

Vamos olhar mais um pouco para a história e ver como esses sentidos sustentados pelo funcionamento institucional do Jornalismo têm um percurso que se iniciou há muito tempo? Bethânia Mariani se dedicou a estudar a formação histórica da instituição jornalística, traçou trajetórias importantes para compreendermos, e quem sabe questionarmos, as práticas do Jornalismo a partir de um ponto de vista histórico-discursivo. Você sabe delimitar qual período histórico modificou definitivamente a circulação da informação?

Mariani (1999) situa a passagem da sociedade medieval para o capitalismo, entre o século XVII e XVIII, como o ponto de inflexão para o Jornalismo. Contrária a uma visão historiográfica empírica, Mariani (1999) se desvencilha da armadilha de relacionar o surgimento do profissional da informação com o surgimento da prensa de tipo móvel. Para a autora, o Jornalismo vem ocupar, juntamente com outras práticas sociais, um lugar de legitimidade de interpretação do mundo, antes ocupado exclusivamente pelo discurso religioso.

Mariani (1999) explica que a passagem se deu pelo fortalecimento do dispositivo jurídico em conflito com a Igreja. Já nos livros escolares de história, você aprendeu que o poder religioso tinha uma política de censura para controlar a publicação e a circulação de textos considerados *contra a fé e os bons costumes*. Ao lado dessa intervenção religiosa sobre a imprensa, o Direito aperfeiçoou seu dispositivo ao expandir o alcance das leis para além do âmbito religioso, produzindo formas de controle, mediante alvarás, por exemplo, para coibir a transgressão dos novos valores

do capitalismo. Para que um cidadão pudesse fazer circular um dizer, era necessário que seguisse a normatização para torná-lo visível, individualizado, localizado e responsabilizável através das marcas de origem do texto, como assinatura, local e data de impressão e distribuição.

Pouco a pouco, a imprensa torna-se alvo frequente de controle jurídico. É justamente nesse momento que se começa a propagar o desejo pela liberdade de escrita, transformando-se, nos anos seguintes, em uma luta jurídica específica para os profissionais da comunicação que buscavam o direito de poder dizer algo, chegando, enfim, às leis de imprensa que prescreviam o que poderia ou não ser dito.

Segundo Mariani (1999, p. 55), “o discurso jurídico, impondo regras e punições aos envolvidos na prática jornalística, passa a funcionar como uma espécie de ‘selo de garantia’ para a imparcialidade”, ou seja, uma contradição em dupla via: “a lei é da imprensa, pertence a ela de modo a instituí-la e, exatamente por este motivo, pode funcionar contra ela, porque regula a liberdade que a fundamenta”. Como você pode concluir, o surgimento da lei de imprensa foi uma manifestação de uma contradição entre lutar pela liberdade e, ao mesmo tempo, produzir a censura.

Podemos assimilar as determinações institucionais analisando suas normas, leis, ética e a divisão entre boas e más práticas dentro dos rituais, mas não apenas nas demarcações explícitas. Mariani (1999) retoma o filósofo e historiador francês Michel Foucault para explicar que a instituição também pode ser entendida como as formas de normatização e disciplinarização que asseguram uma ordem das (im)possibilidades de um discurso. Quando incorporada essa ordem, os sujeitos dessas práticas não necessitam mais de uma lembrança da norma, porque o sujeito já está disciplina(riza)do.



Assimile

Michel Foucault é considerado um dos grandes pensadores do século XX. Conhecido por suas obras não facilmente categorizáveis, porque tratam de filosofia, história, sociologia, psicologia e política ao mesmo tempo, Foucault se dedicou a mostrar as condições de emergências das verdades de uma época, tocando nas temáticas do saber e do poder. Entre seus livros mais conhecidos, estão: *A história da loucura*; *Arqueologia do saber*; *Vigiar e punir*; *A história da sexualidade* (3 volumes); *Microfísica do poder*; além da coleção *Ditos e escritos*, publicada após sua morte. Contemporâneo da fundação da Análise do Discurso, Foucault é uma referência importante para Michel Pêcheux, apesar das diferenças teóricas entre eles.

Com os processos históricos que legitimaram o discurso jurídico ao longo de quase um século, produz-se o efeito de evidência de que nenhum discurso pode dizer contra o Estado e os sentidos que o sustentam, como o respeito à moral e à propriedade privada. Ir contra esses sentidos significa um atentado à Lei ou uma delinquência imoral. As práticas jornalísticas, portanto, incorporaram essa censura, silenciando questionamentos possíveis dessa ordem disciplinar dos discursos. Naturalizou-se o que é uma má prática, uma verdade ou a liberdade. “O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos” (MARIANI, 1999, p. 59).

E como será que esses processos históricos da instituição jornalística funcionam no cotidiano? A estrutura hierárquica do Estado é transformada cotidianamente em relações hierárquicas entre as pessoas com as divisões de quem pode dizer o quê. Há lugares sociais demarcados socialmente que implicam também uma limitação do poder-dizer. E existem alguns mecanismos jurídicos que sustentam essa divisão.

Cada instituição tem uma hierarquia própria: diretor, supervisor, professor e aluno, no caso de uma escola; proprietário de um jornal, chefe da redação, editor e repórter no caso de um jornal. Há, portanto, nessa hierarquia, uma dissimetria do dizer. Alguns dizeres valem mais do que outros. Mas, afinal, você sabe dizer o que o Direito tem a ver com essa divisão de lugares? Tudo!

Uma das formas de organização mais eficazes de nossa sociedade se realiza pelo contrato jurídico, por exemplo, o contrato de trabalho. Sendo dado o efeito de sentido de que somos livres, iguais e proprietários de nós mesmos, podemos, portanto, realizar contratos com outros sujeitos igualmente livres e proprietários. Por esse efeito de sentido de igualdade, assinamos um contrato que impõe uma desigualdade de dizer! A hierarquia é, para a Análise do Discurso, *a distribuição dissimétrica do poder de resposta autorizado pela instituição e legitimado pelo Direito*.

Assim como Foucault investiu na descrição do embate dos poderes nas relações sociais, o que passou a ser chamado de micropoderes, e não apenas um Poder soberano e centralizado, a analista de discurso Suzy Lagazzi também deslocou o olhar do Jurídico apenas como poder institucionalizado para descrever as determinações jurídicas nas relações cotidianas de linguagem. Essa manifestação simbólica do Direito foi denominada por ela como juridismo.

O Direito não é apenas um dos três poderes representativos da República (junto aos poderes Executivo e Legislativo), no caso do Brasil, mas também é um discurso que constitui as trocas simbólicas entre interlocutores. Além de sermos sujeitos de linguagem, nessa formação social, ocupamos a forma-sujeito de direito. Isso significa que somos significados pelos sentidos que compõem essa forma-sujeito, isto é, como vimos, a liberdade, a igualdade, os direitos e deveres e a propriedade. Assim, como os sujeitos buscam reconhecimento social, eles lutam para que seus direitos sejam escutados.

A incorporação das responsabilidades, cobranças e justificativas próprias aos direitos e deveres do cidadão, faz da tensão entre diferentes lugares sociais ser também uma tensão de linguagem. É na linguagem, e por meio dela, que lidamos com as tensões próprias a esse modo de nos relacionar. Suzy Lagazzi mostra que o juridismo, como constitutivo das práticas sociais, não se mostra visível o tempo todo, pois o poder explicitado tem a potência de gerar conflitos frontais, diminuindo sua eficácia. A hierarquia não é pré-condição para relações pessoais em geral, porque as relações de força nem sempre precisam estar formalizadas. As relações de força fazem parte das disputas pelos sentidos, de fazer ouvir uma demanda e da luta para sermos reconhecidos por nossas práticas. Por exemplo, em uma reunião de pauta!



Assimile

Como você pôde perceber, a hierarquia também é uma forma de poder, mas já apresentada de maneira explícita. No entanto, o poder pode assumir formas menos visíveis, ou seja, como relações de força materializadas na própria linguagem. “Já ter a sua posição de interlocutor estabelecida ou ter que defini-la no momento da interlocução acarreta diferentes maneiras de brigar com/pelo poder, mas traz sempre a mesma necessidade de lidar com a tensão” (LAGAZZI, 1988, p. 97).

A instituição, o poder e a hierarquia são apenas algumas formas de determinação histórica que constituem as condições de produção de todo discurso. Na próxima seção, você vai estudar outras características dessas condições. Por enquanto, você já é capaz de ajudar Amanda a compreender algumas de suas dúvidas.

Sem medo de errar

Na primeira seção, conseguimos compreender que as divergências fazem parte de toda situação comunicativa, porque os interlocutores não necessariamente se identificam com os mesmos sentidos, apesar dessa diferença nem sempre se mostrar de maneira explícita. Por mais que sejam excelentes comunicadores, a não comunicação é constitutiva dos discursos. Você pode se perguntar: mas, se eles continuam conversando, devem existir convergências também, não? Essa é uma pergunta produtiva para pensar a situação-problema desta segunda seção.

Vamos refletir sobre a problemática de Amanda em relação ao funcionamento das discussões durante a reunião de pauta da **Revista Polêmica**. Primeiramente,

recordemos quais eram as questões de Amanda para entender um pouco mais essa tensão divergência-convergência entre os profissionais: como os jornalistas decidem qual tema é mais relevante para ser considerado pertinente? Com base em quais critérios? Por que os temas são pautados como informativos, interpretativos ou opinativos? O que sustenta essa divisão?

Pelo que estudamos nesta seção, mais do que a busca da objetividade ou da missão de transmitir informações pela vontade de um indivíduo-jornalista, os profissionais são afetados pelas condições de produção do que é possível ou não para o jornalismo de hoje. Como vimos, para tomar as decisões, o jornalismo que se quer legitimado, independentemente do veículo ou da organização comunicacional, deve responder às determinações históricas próprias da área, que passam pelos processos institucionais, pelas relações de poder e pela hierarquia de autoridades.

Difícilmente um jornalista vai questionar a divisão dada entre textos informativos ou opinativos, mesmo que ele não compartilhe os mesmos sentidos para “informação”, “opinião”, “verdade”, “relevância” e “novidade”. Ainda que muitas teorias da comunicação questionem a “objetividade pura”, a distinção entre “objetividade” e “subjetividade” faz sentido para a maioria dos profissionais. É comum encontrar em manuais de redação, por exemplo, a comanda de uma “busca pela objetividade”, mesmo que ela não seja totalmente alcançada. É um funcionamento semelhante ao enunciado jocoso: “Eu não acredito em bruxas, mas elas existem”.

Supondo que eventualmente os jornalistas questionem a divisão entre gêneros de texto, a relação dissimétrica com a Instituição, os poderes e as autoridades dificulta a transgressão dos sentidos já estabilizados para a área. No caso da reunião de pauta observada por Amanda, quanto mais “bem-intencionados” com as “boas práticas jornalísticas”, mais os jornalistas reafirmam as divisões e os sentidos estabelecidos.

Portanto, para Amanda compreender as questões sobre a reunião de pauta, ela deve investigar quais são os percursos históricos que sustentam os sentidos de hoje e não apenas se contentar com o que já está dado pelos manuais de redação ou pelas técnicas jornalísticas aprendidas. Nesta seção, percorremos alguns desses percursos históricos. O que você acha de investigar outros aspectos importantes sobre as condições de produção do Jornalismo?

Avançando na prática

Inversão de lugares na redação

Descrição da situação-problema

Vamos pensar agora na seguinte situação hipotética: com ideias bem diferentes sobre quais deveriam ser as pautas da próxima edição do periódico, um grupo de

estagiários da **Revista Polêmica** é convidado a assumir a responsabilidade pelas decisões editoriais. Com base no que estudamos sobre as condições de produção, quais diferenças esse grupo de estagiários poderia instaurar na estrutura da **Revista Polêmica**?

Resolução da situação-problema

Na situação hipotética do grupo de estagiários assumir a responsabilidade pela edição da **Revista Polêmica** existiriam chances de atuar de modo a modificar temáticas, inserir uma seção nova na revista e, em caso de uma liberdade maior, propor uma outra linha editorial. No entanto, com a possibilidade de trazer novas referências de conteúdo, o grupo de estagiários teria dificuldades de transformar a estrutura da revista, isto é, romper com a estrutura do próprio Jornalismo.

O fato de mudar os indivíduos não implica necessariamente uma mudança da estrutura dos lugares profissionais ocupados por esses indivíduos. Mesmo existindo a possibilidade de romper paradigmas, as práticas discursivas tendem a ser reproduzidas. Uma transformação institucional, com decorrências também para fora da Instituição, precisaria mais do que uma troca de grupos ou de indivíduos.

Os sentidos que sustentam as Instituições, as relações de poder e as hierarquias de autoridade não são produzidos por um grupo de indivíduos ou mesmo um grupo de organizações (particulares ou públicas), mas é uma construção histórica sedimentada por práticas e rituais imbricados a distintas instâncias sociais.

No entanto, como existiu e sempre vai existir a potência de movimentos na história, essas práticas e esses rituais podem se transformar dependendo de novas condições de produção. O desequilíbrio das relações de poder e de autoridade pode ser um começo, mas não a garantia de uma desestruturação das Instituições. Você teria novas propostas para avançar na compreensão das práticas jornalísticas? Que mudanças você poderia sugerir?

Faça valer a pena

1. O fundador da Análise de Discurso, o filósofo francês Michel Pêcheux, desenvolveu sua teoria para compreender os efeitos de sentidos no encontro da linguagem com a história. Para dar conta desses dois constituintes, é preciso remeter o interior do discurso ao seu exterior. Uma das formas de descrever esse exterior é pelas condições de produção.

Como pode ser definido o conceito de condições de produção dos discursos?

a) Um conjunto de determinações semânticas relativas ao contexto imediato dos discursos.

- b) Um conjunto de efeitos de sentidos da linguagem.
- c) Um conjunto de determinações históricas que afetam a produção dos discursos.
- d) Um conjunto de histórias particulares que linearizam os discursos.
- e) Um conjunto de determinações mecânicas que singularizam os discursos.

2. As divisões sociais são constituídas também pelas relações de poder, mas muitas vezes esse poder está implícito nas trocas simbólicas, como provocações, chantagens, ameaças e ironias. No entanto, a figura de autoridade é uma relação de poder explícita. É o caso da relação do editor de um jornal com os outros jornalistas, porque a palavra final supostamente é dada por ele.

De que modo as relações de autoridade afetam a produção discursiva?

- a) As relações de autoridade formam o elemento mais importante das condições de produção.
- b) A produção discursiva é determinada unicamente pelas relações de autoridade.
- c) As relações de autoridade são formas do poder-dizer autorizado pela Instituição, um dos elementos das condições de produção.
- d) As relações de autoridade determinam os processos institucionais e, portanto, os discursos.
- e) Todo discurso é autoritário.

3. Michel Foucault é importante pensador do século XX, conhecido por seus trabalhos sobre as relações de poder e as condições de emergência de uma verdade em distintos momentos históricos, abordando os processos institucionais como os vinculados à medicina e aos sistemas prisionais.

Como a instituição pode ser definida a partir do trabalho de Michel Foucault?

- a) Formas de normatização e disciplinarização que transformam os poderes em um grande poder centralizado.
- b) Formas de normatização e disciplinarização que deslocam as relações de autoridade.
- c) Formas de normatização e disciplinarização que libertam o sujeito do discurso.

- d) Formas de normatização e disciplinarização que asseguram uma desordem dos discursos.
- e) Formas de normatização e disciplinarização que asseguram uma ordem das (im)possibilidades dos discursos.

Seção 1.3

Condições de produção: formações imaginárias

Diálogo aberto

Desde o início da unidade, temos acompanhado o processo de produção de pautas para uma das edições da **Revista Polêmica**. Em duas seções, vimos diferentes aspectos da reunião de pauta, desde os desentendimentos entre profissionais até a tomada de decisões baseados em sentidos supostamente comuns sobre a prática jornalística. Nesta seção, continuaremos a acompanhar a produção da **Revista Polêmica**, mas, desta vez, Amanda, como parte de seu aprendizado como jornalista recém-contratada, observará a formulação dos direcionamentos da pauta quando os pauteiros indicam entrevistados, fontes de pesquisa, perguntas e relações possíveis com outras temáticas. Você deverá ajudar Amanda a explicar de que modo o funcionamento social da linguagem afeta a produção das pautas.

A função e a importância de um pauteiro podem variar muito dependendo do veículo de comunicação no qual ele está inserido e da equipe de editores e repórteres com a qual ele se relaciona. No entanto, independentemente da variação dessa importância, seu trabalho é um dos mais afetados pelo conhecimento prévio sobre a circulação da informação e a divisão dos lugares institucionais na sociedade e pela capacidade de antever possíveis furos, melhores fontes de informação para certas reportagens, perguntas produtivas, caminhos acertados e eventuais dificuldades. Essa habilidade de antever a apuração jornalística da informação pode ser estudada pela Análise de Discurso como “formação imaginária”.

Para chegar a esse conceito, você irá aprender noções que permitem estudar outro aspecto das condições de produção dos discursos e desenvolver um olhar crítico sobre a relação imaginária dos sujeitos com o mundo. Um lado das condições de produção que é mais ligado às situações do “aqui-agora”, porém, concomitantemente, com remissões a discursos outros. O conceito de “formação imaginária” será trabalhado junto aos conceitos de “antecipação”, “imaginário social” e “eficácia imaginária”. Vamos começar?

Não pode faltar

Depois de conhecer um pouco mais o conceito de discurso e sua diferença com perspectivas que reafirmam as transparências da linguagem, do sujeito e da história, você também viu como um discurso sempre está em relação com outros e com seu contexto sócio-histórico, particularmente mediante a relação com a autoridade, o poder e os processos institucionais. Nesta seção, você terá a oportunidade de olhar mais de perto alguns mecanismos em que essa história se atualiza, na própria formulação ou na situação discursiva do "aqui-agora". É um exercício de observar o "aqui-agora" do discurso sem cair na evidência do imediatismo, ou seja, um trabalho sobre as condições de produção em sentido mais estrito.

Essa separação entre as duas formas de abordar as condições de produção, mais ampla ou mais estrita, é apenas uma distinção metodológica. Trata-se de uma tentativa de descrever de modo mais profícuo tanto as condições históricas quanto as situações contemporâneas, porém as duas afetam igualmente a produção discursiva. Não há uma distinção rigorosa quanto às determinações do discurso, porque mesmo o aparentemente "contemporâneo" do "aqui-agora" também é uma construção histórica, como veremos.

Por exemplo, na seção anterior, vimos alguns sentidos que determinam as práticas jornalísticas, mas esses sentidos podem ter mais ou menos peso em um veículo de comunicação do que em outro, na década de 1980 ou na década de 2010, ou seja, o espaço-tempo faz parte das condições de produção. É nessa direção que o sentido de "liberdade de imprensa" pode ser diferente em uma Redação paulista em plena ditadura e em outra nos dias atuais, apesar das duas situações se relacionarem com um modo de organização institucional e uma prática que foi se estabelecendo regularmente na história. A atualidade de uma situação é compreendida pelo batimento entre a regularização/repetição e o deslocamento/transformação. No entanto, os dois movimentos só fazem sentido na relação com outros: repete e/ou transforma em relação a quê? É preciso, portanto, remeter o espaço-tempo em questão ao seu funcionamento histórico. Você pode imaginar como?

Para estudar o "aqui-agora" como uma construção também histórica, Michel Pêcheux propôs analisar o que ele denominou como as formações imaginárias. Sem ceder a uma concepção idealista da consciência humana, isto é, sem ignorar os efeitos inconscientes, o autor mostrou o modo como os locutores projetam imagens uns dos outros e dos objetos de seu dizer no discurso.



Refleta

Você já parou para pensar como estamos o tempo todo imaginando quem seja nosso interlocutor ou qual a melhor forma de dizer sobre um assunto? Alguns exemplos do que se passa em nossa cabeça enquanto estamos em um diálogo: “O que ele está pensando enquanto eu digo isso?”; “Será que estou falando bobagens?”; “Será que ela foi com a minha cara?”; “Eu acho que não vou dizer isso para não assustar”; “Vou ressaltar aquilo para ver se ela me olha diferente”; “Vou explicar desse modo porque eles vão me entender melhor”.

Observe se você conhece alguma das seguintes estratégias: tentar adivinhar o que o outro está pensando; escolher a melhor tática para convencer alguém e responder a prova de acordo com o que imagina ser o esperado pelo professor. Essas são todas formas de imaginar, isto é, produzir imagens do outro, de sua relação com o outro, de você mesmo e dos assuntos envolvidos. Pêcheux denominou essas imagens como formações imaginárias, um dos componentes principais das condições de produção em sentido mais estrito. Vejamos o esquema exposto por Pêcheux (2010) em seu texto *Análise automática do discurso*.

Apenas para fins de formalização, vamos padronizar “A” como um locutor, “B” como um segundo locutor, “R” como um referente (objeto do qual se fala) e “I” como uma formação imaginária específica. Utilizando essas convenções:

Tabela 1.1 | Quadro das formações imaginárias (2016)

Expressão das formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita
$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o locutor A	Quem sou eu para lhe falar assim?
$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o locutor A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
$I_A (R)$	Imagem do referente para o locutor A	Do que eu estou falando?
$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o locutor B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o locutor B	Quem é ele para que me fale assim?
$I_B (R)$	Imagem do referente para o locutor B	Do que ele está falando?

Fonte: adaptado de Pêcheux (2010, p. 82-83).

Pêcheux (2010) indica um outro modo de olhar para a relação dos interlocutores: já não se trata de uma relação direta com o outro, mas uma relação atravessada por formações imaginárias, tornando mais complexas as trocas simbólicas. Esse jogo de imagens representado de modo esquemático não deve conduzir você a uma aparente evidência: as imagens não são uma projeção apenas consciente dos interlocutores. Como você já está introduzido às problemáticas da Análise de Discurso, deve presumir o motivo de não ser um mecanismo controlado pelos sujeitos.

Apesar de sempre tentarmos controlar, as imagens que colocamos em funcionamento estão baseadas em outras imagens que já fazem sentido. Segundo Pêcheux (2010, p. 85), as diversas formações imaginárias resultam, elas mesmas, “de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco”. O já dito, o já ouvido, o já visto, isto é, aquilo que já faz sentido é a matéria-prima das formações imaginárias, atravessando o que é possível para os locutores.



Faça você mesmo

Escolha uma edição de um jornal impresso e analise algumas matérias jornalísticas, buscando as formações imaginárias sobre os assuntos abordados.

A antecipação é uma das matrizes que acionam as formações imaginárias. Processo constitutivo de se colocar imaginariamente no lugar do outro, a antecipação é o mecanismo que busca prever respostas e reações possíveis, modificando, por sua vez, a sequencialidade de um diálogo. Você já deve ter antecipado muito a reação de um interlocutor quando ensaiava para uma discussão com o(a) namorado(a) ou com os pais, por exemplo. E antes da conversa realmente acontecer, era quase sempre você que ganhava, não? No entanto, quando é chegado o momento da discussão efetiva, nem sempre acontecia o previsto, certo? Isso se dá porque lidar com o outro real implica complexidades que são apagadas no imaginário. Ainda que as formações imaginárias sejam constitutivas de toda situação de interlocução, elas são desconcertadas pela escuta real do outro, que, possivelmente, frustra nossas expectativas.



Exemplificando

No filme brasileiro “Se eu fosse você”, comédia romântica estrelada por Glória Pires e Tony Ramos, dirigida por Daniel Filho e produzida pela Globo Filmes, temos uma troca de papéis em uma narrativa fantasiosa de troca de corpos entre marido e mulher. O enunciado “Se eu fosse

você, eu faria x” faz parte do nosso cotidiano, porque é o modo como os interlocutores se relacionam em suas práticas discursivas. No caso do filme, o casal sempre brigava devido aos dois considerarem a vida do outro mais fácil do que a sua própria. No entanto, quando trocam de corpos, eles precisam lidar com situações inesperadas. Há uma descontinuidade entre o esperado e o realmente vivido.

Essas formações imaginárias sustentadas por outras não extinguem, no entanto, que há uma relação desigual na sua circulação e no seu poder de afetar os discursos. Vimos, na seção anterior, como as relações de poder autorizam que certos discursos circulem mais do que outros. O mesmo vale para as formações imaginárias. Há a predominância de algumas imagens. Chamaremos a circulação do conjunto das formações imaginárias dominantes como o imaginário social. Importante ressaltar que esse imaginário não é homogêneo, pois as imagens dominantes não apagam o funcionamento das subordinadas ou resistentes.

Utilizamos o conceito de imaginário social para delimitar as imagens, mais ou menos compartilhadas em condições de produção específicas, do que é ser mulher, do que é ser estudante, do que é ser jornalista, do que é informação, do que é o conhecimento, do que é trabalho, do que é estudar, do que é aprender, enfim, sobre objetos discursivos variados. O imaginário social é um conjunto complexo de imagens que a sociedade tem sobre os objetos, os sujeitos, as práticas, em suma, sobre tudo aquilo que é passível de alguma simbolização. Ele não é homogêneo, porque, como explica Pêcheux (2009, p. 74) “tais ‘condições reais de existência’ são ‘distribuídas’ pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações”.

Em AD, imaginário não é uma ficção ou uma mentira, mas é um modo de olhar para aquilo que faz parte de um processo estabilizado(r). Em unidades posteriores vamos mostrar como o imaginário é uma condição para analisar os processos discursivos mais amplos, porque o imaginário é uma das faces da linguagem e, portanto, é uma das formas de mediar nossa relação não direta com o real. O próprio processo simbólico é atravessado pela relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência. É também pelo imaginário que nos identificamos como sujeitos, entre outros constituintes.



Pesquise mais

O artigo “Discurso, imaginário social e conhecimento” de Eni Orlandi é uma referência importante para desvendar outras características do funcionamento do imaginário em nossa sociedade, desbravando os entrelaçamentos com as práticas discursivas e com os outros conceitos

da Análise de Discurso, como o simbólico e o real.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, n. 61, 1994. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1943/1912>>. Acesso em: 29 set. 2016.

Como parte da linguagem, não escapamos da ordem do imaginário. Ele tem uma eficácia própria. Pensemos, por exemplo, em uma das imagens existentes sobre o Brasil e do que é ser brasileiro: Brasil é o país do samba, do futebol, do jeitinho, da malandragem, do açaí e de flora e fauna rica. Algumas pessoas dirão que é isso mesmo e outras podem questionar essa imagem estereotipada. De que outras maneiras poderíamos definir o brasileiro? Você tem alguma sugestão? Aponte algumas características!

No caso de você ter pensado em outras imagens para o "brasileiro", a busca de alternativas é justamente uma boa demonstração da eficácia imaginária. O questionamento ou a tentativa de definir o brasileiro é supor que se trata de um projeto viável, verossímil, legítimo e exequível. Você pode questionar o sentido do que é ser brasileiro, mas é provável que você não conheça todo e qualquer brasileiro e, por isso, não chegará uma definição que contemple todas as características possíveis.

A eficácia imaginária não se dá na definição do brasileiro como X ou Y, mas é o próprio fato de se tentar definir o brasileiro de algum modo, ou ainda, de não existir a possibilidade de não se identificar como um brasileiro. A eficácia imaginária não é negar uma forma de ser brasileiro, mas é se identificar como brasileiro, ainda que lutando por outros sentidos. É imaginário, e não uma condição diretamente real, porque em outros tempos, os sujeitos não se identificavam necessariamente como sujeitos e cidadãos de uma Nação (brasileira), mas poderia ser por outras vias. Você poderia perguntar: mas não é óbvio que quem nasce no Brasil é brasileiro? Eu responderia com outra pergunta: na época do império português, quem nascia no Brasil era cidadão brasileiro ou português? E os indígenas não reconhecidos, ainda hoje, pelo Estado nacional são brasileiros? E as pessoas que se identificam como judeus, a que nação elas pertencem?

Não se deixar levar pelo efeito de obviedade dos discursos administrativos e jurídicos é uma tarefa do analista de discurso para compreender a dinamicidade dos processos de identificação. O imaginário, conseqüentemente, é um dos constituintes de nossa relação com o mundo, porém pode passar por vias não oficiais de uma identificação com a nação e, sim, da identificação com um grupo, uma identidade cultural, uma memória histórica, um coletivo religioso e tantos outros modos de se reconhecer imaginariamente como pertencente a um povo.



Assimile

Para fins conceituais, reservamos “formação imaginária” para a análise de cada situação discursiva específica e “imaginário social” quando estamos falando dessas imagens que já circulam de modo dominante na sociedade. Os dois conceitos estão atravessados pela eficácia material do imaginário.

Durante toda esta unidade, buscamos percorrer um caminho que questione as transparências do discurso, trazendo conceitos que mostrem o funcionamento histórico da linguagem e a relação constitutiva com as condições de produção. O próximo passo é avançar sobre uma especificidade da nossa perspectiva discursiva, citada algumas vezes, mas ainda não conceituada: a interpretação. Avante!

Sem medo de errar

Com base nos conceitos estudados nesta seção, você já é capaz de relacionar práticas discursivas específicas às imagens que sustentam certos posicionamentos dos locutores. Na circunstância profissional proposta nesta seção, continuando o acompanhamento do processo de escolha de pautas da **Revista Polêmica**, Amanda observa a elaboração do direcionamento inicial pelos pauteiros com o objetivo de compreender os movimentos de linguagem que estão em funcionamento nessa atividade típica do jornalista.

A produção de uma pauta pressupõe o “conhecimento prévio” e a “perspicácia” do jornalista em prever caminhos menos tortuosos para o repórter que irá atrás das informações, indicando fontes para serem entrevistadas, arquivos para serem consultados, os ângulos de abordagem da temática, quais questões são mais produtivas, quais os alinhamentos necessários com a proposta editorial, enfim, as habilidades de antever fatos, reações e posicionamentos. De acordo com o nosso estudo nesta seção, trata-se do funcionamento característico das formações imaginárias.

Portanto, para Amanda atingir seu objetivo de compreender o trabalho da linguagem na elaboração das pautas, ela deve analisar quais imagens sobre os objetos, os sujeitos e as práticas são elencadas pelo pauteiro. Por exemplo, caso se trate de pautas da editoria cidade ou política sobre algum fato em favelas, o pauteiro, que não conhece todas as favelas da cidade, escreverá uma pauta com base na imagem de favela que ele possui e não com a favela específica, em condições particulares.

A base de trabalho do pauteiro é sustentada pelas formações imaginárias possíveis para a posição ocupada por ele e não a favela empírica. Compreender as recorrências

e diferenças das formações imaginárias é o desafio do analista de discurso e de Amanda para entender de onde ele parte e, afinal, o que ele não está “vendo” como possibilidade outra de construir a pauta. Amanda deve observar como o imaginário é um mediador da relação do pauteiro com o mundo e com a informação.

É importante saber que do lugar institucional de pauteiro, há um trabalho menos com o “outro real” e mais com o “outro imaginário”. Por isso, muitas vezes, corre-se o risco de entrar em um automatismo que tenderia a sustentar sempre as mesmas imagens. Mesmo não sendo analistas de discurso, os chefes de redação mais atentos não permitem que um pauteiro fique no cargo por muito tempo, com o objetivo de evitar os vícios próprios da função. Como analistas de discurso, no entanto, você pode ter um olhar menos ingênuo sobre esse funcionamento e compreendê-lo como algo constitutivo da linguagem.

Em situações como essa, para investigar com mais profundidade ou propor deslocamentos, você pode fazer as seguintes perguntas: que imagens sobre o outro sustentam este ou aquele direcionamento? Existe outra imagem possível? Que formas o jornalismo pode propor para “antecipar” menos e “ouvir” mais?

Avançando na prática

Qual o conselho do horóscopo para eu namorar?

Descrição da situação-problema

Em um canal do YouTube sobre relacionamentos afetivos, existe um vídeo de humor sobre como as pessoas de cada signo se comportam no momento da paquera. Há uma descrição das características de cada um dos doze signos do zodíaco e quais os respectivos efeitos nos comportamentos na hora da paquera, fornecendo dicas para não cometer erros de acordo com as personalidades astrológicas. Tomado em sua discursividade, como analisar as condições de produção do vídeo em sentido mais estrito? É possível pensar a relação do imaginário social com esse vídeo em particular?

Resolução da situação-problema

Para o caso de um vídeo com descrições e dicas baseadas no comportamento previsível das pessoas pertencentes a cada signo do zodíaco, as “formações imaginárias” são um conceito produtivo para mobilizar na análise do material citado. Para realizar essa análise, comece descrevendo quais são as características elencadas de cada signo e depois compare com outros vídeos que também falem sobre as características de cada signo em situações distintas. Veja quais são as repetições e quais são as diferenças, isto é, se as imagens mobilizadas são as mesmas ou se existem deslocamentos entre os vídeos. Depois, você poderá olhar como um livro especializado em horóscopo descreve as características de cada signo. O objetivo é

percorrer diferentes materiais para não olhar apenas para a interioridade dos materiais em particular, mas relacionar com um conjunto maior, desvelando o funcionamento social dessas imagens, isto é, as imagens dominantes do imaginário social quando discursivizam sobre as personalidades baseadas em uma descrição astrológica.

Faça valer a pena

1. A separação entre duas formas de abordar as condições de produção, mais ampla ou mais estrita, é uma distinção puramente metodológica. Trata-se de uma tentativa de dar relevo para a descrição tanto das condições anteriores quanto das condições contemporâneas do discurso.

Por que a distinção entre condições de produção amplas e estritas é apenas uma diferença metodológica?

- a) Porque os dois conceitos demandam a relação com o “já dito” e o “já ouvido” na história.
- b) Porque os dois conceitos demandam a descrição do sentido pelo analista de discurso.
- c) Porque os dois conceitos demandam os mesmos fatos de linguagem.
- d) Porque os dois conceitos demandam a mesma produção discursiva.
- e) Porque os dois conceitos demandam efeitos de sentido entre interlocutores.

2. A linguagem como mediação da relação do sujeito com o mundo (o real) é constituída por diferentes determinações, entre elas o imaginário. As formações imaginárias, por exemplo, atravessam a relação entre interlocutores, deixando de ser uma relação direta. O mecanismo de antecipação é uma manifestação específica das formações imaginárias.

O que caracteriza o mecanismo de antecipação?

- a) Transforma o interlocutor em um objeto imaginário.
- b) Antecipa a mensagem real do outro.
- c) Produz imagens do outro a quem é destinado o discurso.
- d) Busca antever as respostas ao tentar colocar-se no lugar do outro.
- e) Forma imagens antecipadas sobre o objeto real.

3. Na mídia em geral existe certo imaginário social que rege a produção discursiva em diferentes textualidades, desde as mais reconhecidas pelo valor informativo, como os jornalísticos, até as mais reconhecidas pelo valor de entretenimento, como as telenovelas.

Segundo a Análise de Discurso, como podemos definir o imaginário social?

- a) A produção de formações imaginárias no espaço intervalar entre locutores.
- b) A circulação dominante de certas formações imaginárias e a tentativa de silenciamento de outras.
- c) O conjunto de todas as formações imaginárias produzidas na história.
- d) O conjunto de formações imaginárias produzidas por um grupo de interlocutores.
- e) A produção imaginária dos discursos sociais.

Referências

- LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, n. 61, 1994. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1943/1912>>. Acesso em: 29 set. 2016.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.
- PIMENTEL, R. M. L. A inscrição de gestos de interpretação em um "texto-bilhete": significando(-se) em meio a um processo institucional(izante). **Rua**, Campinas, v. 11, n. 1, mar., 2005. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640778/8315>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- PUBLIFOLHA. **Manual da redação**: Folha de São Paulo. 9. ed. São Paulo: Publifolha, 2005.
- SOBRINHO, José Simão da Silva. Discurso. In: LAS. **Enciclopédia virtual da Análise do Discurso**. Disponível em: <<http://ufftube.uff.br/video/3D4WBG63WMS5/Discurso--Jos%C3%A9-Sim%C3%A3o-da-Silva-Sobrinho>>. Acesso em: 15 jul. 2016.